



“Quando integramos a Universidade, ficou estipulado, através de um pedido que fiz ao Ministro da Educação e Cultura, que doaríamos o nosso patrimônio para a Universidade com a condição de que ele fizesse constar do estatuto que o governo ficava obrigado a nos garantir a publicação da Revista do Curso de Direito e a existência da Assistência Judiciária que estava sendo feita no Fórum de Uberlândia. Isto constou do estatuto. Então a Faculdade de Direito mantém até hoje essas duas grandes promoções que são raras no Brasil e que prestam um serviço inestimável à grandeza da Universidade.”

Dr. Jacy de Assis - Fundador e ex-diretor da Faculdade de Direito. Entrevista gravada em 1986. *

* Entrevista publicada originalmente na obra: CAETANO, Coraly Gará e DIB, Miriam Michel Cury, eds. **A UFU no imaginário social**. Uberlândia, UFU, 1988.

NOSSA TRADIÇÃO É O FUTURO*

*Jacy de Assis***

Vossa turma, meus caros afilhados, marca precisamente a mudança de estrutura desta escola, onde durante cinco anos floriram vossos sonhos e amadureceu o vosso pensamento.

Em agosto de 1959, na sala de café do Fórum, surgiu a ideia de sua criação, a que Avenir Gomes dos Santos, Ciro de Castro Almeida e eu demos viabilidade, percorrendo casas comerciais e indústrias para levantar fundos necessários à sua instalação.

Bastaram vinte dias para que a gente uberlandense, sempre unida nas suas realizações, acesse ao nosso apelo.

Depois, no Rio de Janeiro, com o deputado Rondon Pacheco, a hostilidade do prof. Jurandyr Loddi, que era contrário à ideia, pois a região já tinha três Faculdades de Direito e teria ainda a de Brasília.

Mas da batalha travada na Diretoria do Ensino Superior nasceram duas escolas, a de direito e a de engenharia, porque Jurandyr Loddi condicionou aquela à emenda de um projeto em trânsito na Câmara dos Deputados para que se criasse a segunda, que era de há muito seu desejo para Uberlândia, e que nós lhe ficamos devendo.

Em março de 1960, pudemos iniciar nossas aulas, com a primeira turma de que fui, ao depois, o paraninfo.

Ao longo destes dezessete anos, a Faculdade se construiu lentamente mas com segurança; os vários tropeços da caminhada não lhe abalaram a consolidação, nem as pedras que lhe foram jogadas atingiram sua projeção.

Mais de mil bacharéis já saíram de nossas salas de aula, entre eles bons e maus, sérios e desonestos, muitos homens leais e outros homens inúteis à nossa pátria.

Mas esse foi sempre o destino das escolas, das famílias, das gerações. A culpa não foi nossa. Trabalhamos o barro moço que nos foi entregue às mãos, e o fizemos com honestidade. Não podíamos transformá-lo, nem mudar-lhe a matéria. As escolas não criam homens, apenas lapidam os sentimentos bons daqueles que a sua natureza permite trabalhar.

Na verdade, os órgãos federais de Brasília e os de diversos Estados, os juizados, o Ministério Público, os escritórios, estão repletos de antigos alunos nossos, cultos e estudiosos, dignos e brilhantes.

Em todas as escolas, o resultado é o mesmo.

A verdade é que nossos ciclos de conferências, os cursos realizados, a nossa Revista, as pesquisas, o grande intercâmbio com as boas escolas, os inúmeros professores nacionais e estrangeiros que nos prestigiaram, os

* Artigo publicado originalmente na Revista da Faculdade de Direito, v. 6, n. 1, p. 255-262, 1977.

** Professor, doutor, advogado processualista e fundador da Faculdade de Direito de Uberlândia (1901-1995).

serviços da Assistência Judiciária, o Curso de Estágio, a nossa presença nos congressos e seminários, o grande patrimônio material e moral que edificamos, asseguram a nossa escola uma posição, senão de destaque, ao menos de respeito.

Não se pode negar que os cursos secundários estão com uma tremenda deficiência na preparação da nossa juventude e que os atuais vestibulares, que não apuram o valor de ninguém, têm concorrido para que as escolas superiores recebam moços sem condições necessárias para cursos especializados; nosso índice de reprovações que, em 1976, apresentou um número alarmante de 580, é a demonstração segura da seriedade dos nossos esforços.

O número de transferências que, nos últimos cinco anos, demos para algumas centenas de alunos, é outro índice de confiança em nosso trabalho, pois daqui tem saído exatamente, através delas, especialmente para uma ou duas escolas, os desalentados e os que não conseguem atravessar certas barreiras difíceis.

Não podemos negar que, entre os que se formaram, alguns não tinham condições de fazê-lo, mas nós não podemos prender indefinidamente os maus alunos, especialmente porque não temos, nos dias de agora, senão moços que trabalham e estudam como complementação desse trabalho.

Por outro lado, as escolas, especialmente as de direito, apenas ensinam a estudar. Delas ninguém sai conhecendo o direito, em todos os seus ramos, mesmo porque isso seria impossível, pois tantos são eles. Ensina-se apenas como estudar e onde estudar nos milhares de livros que constroem o direito.

Este se encontra em constante e ininterrupta transformação, em decorrência da mutação de princípios, de ideologias, das crises, das revoluções que sacodem e agitam o mundo da era tecnocrata.

Em Mar del Plata, na Argentina, realizaram-se, em outubro ultimo, as Segundas Jornadas Latino-americanas de Metodologia do Ensino do Direito.

Estavam presentes uns cento e cinqüenta professores de escolas da América do Sul, muitos deles do Brasil.

A tônica dos trabalhos foi a crítica ao ensino do direito; as queixas e o repúdio foram os mesmos em todas as delegações: a inexpressiva remuneração aos professores, com a evasão de grandes nomes; o despreparo dos alunos sem condições para acompanhar as cursos; o alto preço dos livros; a má organização das escolas em resultado de inúmeras deficiências de ordem material; a situação política de vários países, não permitindo maior visão dos problemas e até mesmo impedindo aquela

dinâmica cultural e política que, nos tempos passados, fervilhavam os corredores e os pátios das salas de aula e que, no Brasil, deram à sua primeira escola, a do Largo São Francisco em São Paulo, a projeção de reduto inexpugnável de defesa da liberdade e dos direitos humanos.

Na sessão de encerramento, coube-me a honra de ser escolhido como orador pelas delegações estrangeiras.

Enquanto se processavam os atos de encerramento das Jornadas e os oradores se sucediam com os seus relatórios, estive a pensar o que dizer e como dizer, para um auditório de advogados e juristas, políticos e militares, mesmo porque quando chegáramos a Mar del Plata fomos solicitados a não debater certos temas, próprios dos encontros de advogados e professores de direito.

Depois de saudar a grande Nação Argentina, sem dúvida ainda a de maior expressão cultural na América, eu disse que não era possível deixar de comentar os relatórios e a tônica dos trabalhos.

Falei então das escolas de direito da América Latina, onde os problemas são iguais, da sua crise aparente, das suas imperfeições, das fornadas de bacharéis que, todos os anos, elas estão dando aos diversos países.

E disse: não importa. Bacharéis bons ou maus, são eles homens do direito lançados à construção da América. Não importam as crises, as revoluções, as desordens, as guerras, a subversão; são fatos transitórios. Nenhuma Nação e nenhum Estado podem viver sem uma ordem jurídica, e esta só os bons juristas são capazes de fazê-la; não a construirão os políticos, os militares, os engenheiros, os tecnocratas. Dos bacharéis bons surgirão os advogados, os juizes, os juristas; os maus se perderão ao longo da jornada.

Importa é que sempre ensinemos a todos, aos bons e aos maus, àqueles porque serão delas os pregoeiros, a estes porque delas vão precisar, algumas lições imortais: o amor a liberdade condicionada ao bem comum, o respeito à dignidade humana, a defesa intransigente dos princípios democráticos, o estudo diuturno e constante do direito, a luta pelos direitos do homem que também os souberem usar com a mesma dignidade.

Não importa que escolas sejam boas ou más: elas apenas trabalham o barro que vem às suas mãos. Felizes as que puderem, no computo final de suas realizações, descansar na certeza de que houve um dever bem cumprido, sem nenhum milagre porque este não era de sua atividade.

Nosso direito, e o pensamento é do meu sempre querido Mestre Eduardo Couture, não está em crise, porque esta é uma ideia essencialmente

européia, da Europa destruída pelas guerras e submergida nas inúmeras crises que se sucederam.

Os enormes esforços que nosso Continente realiza para emancipar-se de todos os seus males não são crise, mas justamente o contrário, o sacrifício para sair da crise. A crise é o passado, a herança que recebemos, não o presente. Nossa tradição é o futuro.

Repito para vós, meus caros afilhados, algumas das verdades que proferi, em 1964, para a primeira turma dos vossos colegas, e que continuam vivas e imutáveis no nosso cenário.

Na eterna luta pela justiça, é mister não olvidar que o direito progride na medida em que se humaniza e que, em uma ordem social injusta, a justiça só é obtida pelo amparo aos débeis e aos miseráveis, “problemas de escalas e de graus, que vai de um mínimo iníquo a um máximo também iníquo em sentido oposto. O direito, aspirando a tutelar a pessoa humana, salvaguardando-lhe a respeitabilidade, não somente não declina, nem está em crise, mas supera a si próprio” (Eduardo Couture). Na balança, a da justiça, muita vez, uma leve rosa há de pesar mais do que as mais poderosas doutrinas (Calamandrei).

Nosso dever é imperioso na consolidação da nacionalidade e na preservação de uma justa paz internacional; cada um tendo a exata noção de sua presença no mundo moderno, o sentido do valor de sua possibilidade, o domínio do bem comum onde se inclui o próprio bem; a imperiosa necessidade de uma convicção consonante com a verdade, a justiça e a ordem moral; o encontro, e a conseqüente exaltação, de uma soma de direitos capaz de afirmar a dignidade de cada pessoa e a garantia de uma vida tranquila; a superação do exclusivismo militar e econômico, para que as Nações se transmudem em núcleos afetivos de interesses recíprocos, em um clima de solidariedade e de fraternidade para a sobrevivência, acimentando o repúdio às guerras.

Nossa Pátria está despontando no cenário internacional no “vértice do imenso triângulo geográfico do pensamento e da cultura da Europa e da América” (Couture), com a responsabilidade de colaborar no mundo livre de amanhã; e dela sereis os arquitetos, para preservá-la grande e forte, armada de direito, prenhe de verdade e de justiça, amável e acolhedora para os que nela quiserem viver à sombra da liberdade e do trabalho, mas também cientes do seu poderio econômico e social, do valor de sua gente; uma Pátria harmoniosa e serena, sem inquietações e sem fome, sem miséria e sem ambições, mas lar amorável dos vossos filhos e dos filhos dos vossos filhos.

Sois moços, e na vossa juventude residirão todas as vitórias, se a encaminhardes, e sobretudo a vossa profissão, para a missão a que estais chamados, e de que apenas vos posso dar rápida pincelada, ligeira como réstia de luz. E tanger a vossa mocidade com o sentido da força e da beleza, amando a vida em toda a sua perfeição, a radiante e eterna perfeição até mesmo das coisas supostamente imperfeitas, pondo na vossa frente o clarão que transfigura e excita, um sonho interior rijo e puro, o beijo fecundo da luz; construindo, ainda que sobre areia, torres maravilhosas; e não dando ouvidos ao que digam os outros, moços ou velhos, sejam palavras de louvor ou de glória, de toleima ou de maldade, sabendo apenas que, ao término da imensa estrada que conduz ao mesmo ponto da partida, volvendo o rosto sem lágrimas para as etapas percorridas sem desânimo abjecto ou desfalecimentos covardes, deveis tão somente olhar se se abriram em flores ou rosas, ou se ficaram estereis e secas, para sempre, as divinas e obscuras sementes, que semeastes (Romero Prates e Amadeu Amaral).

Todos os padrões de convivência humana, que vestiram minha infância e minha juventude, os primeiros decêndios de minha advocacia, sofreram tremenda mutação ao longo de todos estes anos, batidos por guerras, crises políticas e ideológicas, revoluções e subversão.

O mundo se transformou; as famílias vivem dolorosa crise de respeito e de formação moral; as normas econômicas e sociais do começo do século desapareceram; os políticos se destruíram na sua incapacidade e na sua ambição; os Estados estão reformulando os seus princípios e os seus conceitos.

A advocacia mudou, e mudou muito; o jurista dos nossos tempos vive e padece a angústia de um mundo que não pode ajudar a construir, onde chega a ser quase indesejável.

Também muitos conceitos mudaram: aquela liberdade pregada pela Revolução Francesa há de ser condicionada ao bem comum; os direitos do homem não podem ter aquela larga extensão que se procurava defender, mas hão de ser subordinados ao respeito de cada um ao seu próprio direito e ao de seus semelhantes. Muitas e muitas dúvidas atormentam o meu espírito de jurista e de professor.

Não é possível clamar pelo direito de um homem, que sequestra e destrói uma aeronave, ou atira uma bomba dentro de um cinema ou um banco, matando dezenas de pessoas desconhecidas; a razão não aceita a defesa de um homem capaz de destruir e marcar a vida de meninas ingênuas e inocentes, como eu presenciei em Goiás, com lâminas de gilete e pontas de cigarros.

Como falar em dignidade da pessoa humana, em liberdade, em bondade, para monstros capazes de atos bárbaros e incompreensíveis ?

Nunca tive tanto medo da advocacia, e nunca senti tanto abalo nas minhas concepções, como nos dias de agora, especialmente depois que servi a um governo e vi o poder do lado de dentro, com as suas dificuldades, as suas crises, as ambições desmedidas, os inarredáveis conchavos políticos, o sofrimento e a mágoa muitas vezes vividos pelos próprios governantes.

Tudo isso, meus queridos afilhados, deve ficar em vossa memória e agitar o vosso espírito, a partir desta noite.

Nunca, mais do que nos tempos atuais, e nos que virão, vossa missão terá tanta dor e tanta grandeza.

“O homem sábio é o primeiro a reconhecer o valor das restrições e dos constrangimentos exteriores, e é o primeiro a praticar as renúncias purificadoras que o levarão à gloriosa liberdade dos filhos de Deus” (Gustavo Corção).

Thorkild e o menino ficaram sozinhos, na larga plataforma ao alto da montanha, entre os mortos sentados ao longo dela e o imensurável silêncio de muitos séculos.

Olhavam a luminosa imensidão do céu e do mar, sulcada apenas pelas asas das aves marinhas, e a luz do sol os atingia quase cegando.

Ouviam e reconheciam o que nós chamamos a voz de Deus: o rumor que há na fundação de todas as coisas.

Lembravam-se de Magnussom, a cabeleira branca jogada para trás, o corpo vergando para a morte, os braços abertos como se quisesse abraçar tudo e exclamando: - “Deus! É belo! Como é belo!”

O menino ficou longo tempo olhando para a escarpa, para o mar cheio de sol e para o céu vazio mais além. Então, com uma voz que era pouco mais do que um sussurro, disse :

- Estou ouvindo, estou ouvindo a voz das profundezas.
- Tem certeza ?
- Sim, tenho certeza. E é tão bela!

Mais tarde, quando Simon Cohen perguntou como era possível ter o menino pronunciado tantas palavras extraordinárias, naquela reunião agitada dos naufragos, Thorkild respondeu :

– A quem se vai pedir que a música seja explicada, à flauta ou ao homem que a sopra?

Quando, nas últimas férias, dentro do sereno sossego de uma fazenda do meu Sul de Minas, entre as montanhas azuis e o verde vibrante dos cafezais, li no “O Navegante” de Morris West a página agora evocada, senti que ela devia ser a mensagem desta noite.

É preciso acreditar na força divina que arquitetou o universo, e o comanda, sem que os homens a consigam explicar.

E acreditar que esta força pode conduzir cada um de nós, e nos dar a satisfação do dever cumprido. O lenitivo do pranto como perdão, a benção da alegria como glória, porque ela se adoça de amor.

Só o amor é capaz de construir, e ele deve ser o objetivo supremo e a força suprema da ação, e portanto da liberdade e do progresso. Nada o pode superar, nem vencer, nem substituir (Paulo VI).

Vós mesmo o dissestes, citando Carnelutti: “enquanto os homens não souberem amar, necessitarão de juízes e polícia para permanecerem unidos. Ou em suma: enquanto não saibam amar é preciso obrigá-los”.

O amor se erradia da voz das profundezas. É preciso ouvi-la e compreendê-la.

Advogados, juízes, promotores, juristas, ou simples bacharéis, vossa atividade há de ter sempre como ponto de apoio este amor à vida e à vossa profissão, à vossa família e à humanidade.

Meus afilhados :

Desejo sinceramente, de todo coração, grato à vossa escolha, a vossa felicidade.

Deus permita que cada um de vós, ao longo de vossa vida, como aquele menino do romance de Morris West, possa afirmar, sereno e feliz: eu a ouvi e é tão bela!